



Análises

02/07/2011 - A visita da presidente Dilma à China.....p.01

A presidente Dilma Rousseff realizou sua primeira viagem para fora do continente americano. A China foi o destino escolhido, por ocasião da terceira reunião da Cúpula do BRICS, realizada na cidade de Sanya. Dilma e o presidente chinês Hu Jintao também se reuniram para tratar de assuntos importantes para os dois países. Aproximações entre Brasil e China são sinalizadas com essa viagem, além de serem lançadas novas diretrizes para o BRICS.

02/07/2011 - Portugal: Manifestação ostensiva de crise na Zona do Euro...p.06

Desde a crise de 2008 a Europa segue em crônicas crises econômicas, políticas e sociais. De forma destacada a crise, que já se manifestou claramente na Grécia e na Irlanda, atinge agora também Portugal. Estes encadeados acontecimentos apontam para uma provável crise conjuntural da União Europeia. Surge a possibilidade de generalizada perda de confiança no euro.

02/07/2011 - Análises em Relações Internacionais: a questão ambiental....p.10

A questão ambiental tem sido considerada uma das principais searas de pesquisa dos analistas internacionais já que seus impactos atingem as sociedades de todo o globo, afetando as relações sociais dentro de Estados e também entre eles. Desta forma, sua complexidade influencia no comportamento de atores das Relações Internacionais. Qualquer análise neste assunto deve levar em consideração uma série de fatores que estão correlacionados e indissociáveis.

A visita da presidente Dilma à China

Análise
Ásia
Déborah Silva do Monte
02 de Julho de 2011

A presidente Dilma Rousseff realizou sua primeira viagem para fora do continente americano. A China foi o destino escolhido, por ocasião da terceira reunião da Cúpula do BRICS, realizada na cidade de Sanya. Dilma e o presidente chinês Hu Jintao também se reuniram para tratar de assuntos importantes para os dois países. Aproximações entre Brasil e China são sinalizadas com essa viagem, além de serem lançadas novas diretrizes para o BRICS.

Durante o mês de abril ocorreu a primeira viagem da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, para terras além da América Latina. A China foi o destino escolhido e essa escolha não se deu de forma aleatória. Houve uma reunião da cúpula do BRICS, que marcou a entrada da África do Sul no agrupamento. Temas importantes foram tratados pelos líderes dos cinco países integrantes e, além desse fato, a visita de Dilma à China também teve seus motivos bilaterais. Esse gigante asiático, que recentemente assumiu o posto de segunda maior economia possui fortes vínculos econômicos com o Brasil, uma vez que 15,2% de nossas exportações são destinados a ele.¹

O BRICS sua importância

O termo foi criado pelo economista Jim O'Neill e em 2001 e a princípio foi denominado BRICs, pois fazia referência às quatro economias emergentes de maior relevância no mundo naquele período, a saber: Brasil, Rússia, Índia e China. A reunião que aconteceu na cidade de Sanya

promoveu o ingresso da África do Sul, e a sigla passou a ser chamada por muitos de BRICs², o qual não consiste em uma entidade formalmente instituída. Até o ano de 2006 os BRICs³ não configuravam um mecanismo que permitisse a articulação entre eles. Eram quatro países que possuíam características que poderiam ser consideradas em conjunto. Em 2006 essa condição mudou. Ocorreu a Reunião de Chanceleres dos quatro emergentes, que foi o primeiro passo para que esses passassem a trabalhar de maneira coletiva.⁴

Segundo Jim O'Neill, a economia mundial vem, de maneira gradativa, dependendo de dois pilares: os Estados Unidos e do BRICs⁵, o qual possui um peso econômico considerável. No período entre 2003 e 2007 o crescimento dos quatro países integrantes representou 65% do crescimento do PIB mundial. Em relação à paridade do poder de compra, o PIB dos BRICs já supera, atualmente, o dos Estados Unidos e da União Européia. O crescimento desses países é expressivo. Em 2003s BRICs correspondiam a 9% do PIB mundial, valor que em 2007 já atingia

¹ Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/04/ipea-produtos-basicos-sao-83-das-exportacoes-brasileiras-para-china.html>

² Até a entrada da África do Sul, o grupo era conhecido com BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Esse ano a sigla foi alterada para BRICS (S em referência à South Africa).

³ Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-bric>

⁵ Diego Santos Oliveira de Jesus (2010)

a marca dos 14%. O PIB conjunto dos cinco países somou US\$ 11 trilhões, 18% da economia mundial. Esse número é ainda maior considerando-se o PIB pela paridade do poder de compra: 25% ou US\$19 trilhões.⁶

O BRICs não formula um agrupamento de caráter formal. A vontade política de seus membros é o que sustenta o mecanismo. Existem divergências de opiniões em relação a uma possível institucionalização do BRICs. Jim O'Neill não acredita que tal fato ocorra, devido às peculiaridades e posturas de cada membro⁷. Porém, há uma opinião divergente que acredita que há sinais para uma formalidade, e um desses são as reuniões entre os chefes de Estado, como essa que ocorreu na China.⁸

Essa reunião do BRICs reforçou a posição dos países emergentes quanto a questões de relevância internacional. Foram defendidas reformas no interior da Organização das Nações Unidas. Apenas dois membros do BRICs, Rússia e China, são membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, e é notório o desejo dos demais membros, inclusive do Brasil, de uma maior participação no âmbito da organização através de um assento permanente no Conselho de Segurança. O BRICs julga necessário que instituições como a ONU e o FMI⁹ se atualizem para atender melhor as demandas globais.

Os cinco países do BRICs elogiaram o debate sobre o papel dos Direitos Especiais de Saque (SDR)¹⁰ e chamaram a

atenção para os riscos que volumosos fluxos transnacionais de capitais representam para países emergentes. Em relação ao sistema monetário internacional o BRICs defendeu sua reforma e aperfeiçoamento através de um sistema de reservas internacionais, e uma posição a favor diminuição da dependência do dólar é percebida dentro do grupo. A economia internacional também foi um tema abordado. Esta ainda está em processo de recuperação da crise financeira e continua a enfrentar incertezas. A posição do BRICs é de que as principais economias devem continuar a coordenar suas políticas macroeconômicas e trabalhar de forma conjunta para que um crescimento forte, sustentável e equilibrado da economia internacional seja alcançado.¹¹

O BRICs ainda apresentou preocupação sobre a volatilidade dos preços das *commodities*, mais especificamente no caso da energia e alimentos. O tema da segurança alimentar também foi abordado, assim como o desenvolvimento e o uso de recursos energéticos renováveis. O uso na energia nuclear também foi abordado e essa fonte energética deverá ser um elemento de grande importância na composição da matriz energética dos membros do BRICs. Salientou-se o uso da energia nuclear para fins pacíficos em observância aos requisitos e padrões referentes ao desenho, construção e operação das usinas nucleares.

Apoiou-se o desenvolvimento de infra-estruturas na África e sua industrialização no quadro do NEPAD¹². Uma parceria entre bancos dos cinco países foi firmada e será formado um grupo de estudos integrado por representantes das cinco instituições BNDES (Banco Nacional de

⁶ Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-bric>

⁷ Veja http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110411_jim_oneil_bg.

⁸ Renato Braumann (2009)

⁹ Fundo Monetário Internacional

¹⁰ Ativo de reserva internacional do FMI.

¹¹ Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>

¹² Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África

Desenvolvimento Econômico e Social), CDB (China Development Bank), Vnesheconombank (Bank for Development and Foreign Economic Affairs, na Rússia), Eximabank (Export-Import Bank of India) e DBSA (Development Bank of Southern Africa).¹³

Concordou-se em continuar a expansão e o aprofundamento da cooperação econômico-comercial e em investimentos entre os países do BRICs, encorajando aos países de se absterem de medidas protecionistas. Em relação à OMC¹⁴, Brasil, China, Índia e África do Sul defendem a conclusão bem sucedida, equilibrada e abrangente da Rodada de Doha e apoiam o rápido ingresso da Rússia à Organização.

Relações Brasil e China

Esses dois países possuem um vasto histórico de contatos. A China é hoje um dos principais parceiros comerciais brasileiro. Na última década, as exportações do Brasil destinadas a esse país aumentaram de US\$ 1,1 bilhão para US\$ 30,8 bilhões. 15,2% de todo o montante das exportações brasileiras é absorvido pela China, porém a maioria desses produtos são primários¹⁵.

Em 2010, 44,6% da total das exportações brasileiras foram de produtos dessa natureza. Percebe-se a concentração das exportações brasileiras para a China em *commodities*. De 2000 a 2009, elas aumentaram de 68% para 83%. Em 2010 o minério de ferro correspondeu a 40%, as oleaginosas, 23% e a parcela dos

combustíveis minerais, 13%¹⁶.

Em relação às importações brasileiras de produtos chineses, percebe-se o movimento oposto. A compra de produtos chineses de alta tecnologia é crescente. Elas aumentaram de US\$ 487 milhões para US\$ 10 bilhões, entre 2000 e 2010. Em relação aos produtos de média tecnologia, houve um aumento de 16% para 44% no total das vendas da China para o Brasil.¹⁷

Um dos objetivos da viagem da Dilma à China era possibilitar que a pauta de exportação brasileira para o mercado chinês fosse ampliada, abrindo as portas para produtos de maior valor agregado. Os dois países se comprometem a ampliar e diversificar os investimentos recíprocos, mais especificamente nas áreas de indústrias de alta tecnologia e automotiva, e nos setores de energia, mineração e logística, através de parcerias entre empresas brasileiras e chinesas.¹⁸

Acordos sobre vários assuntos foram firmados nessa viagem, entre eles: o de cooperação militar qualidade industrial e supervisão de produtos; o do uso bambu e desenvolvimento sustentável, o de controle de enchentes e combate à seca, pesquisa e inovação em nanotecnologia; a cooperação esportiva e o instituto de ensino. Ao todo, aproximadamente 20 acordos de cooperação foram assinados, nas áreas comerciais, de investimentos, alta tecnologia, energia, educação e energia.¹⁹

¹³ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/poder/902614-bndes-assina-acordo-para-ampliar-atuacao-em-parceria-com-brics.shtml>

¹⁴ Organização Mundial de Comércio

¹⁵ Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/04/ipea-produtos-basicos-sao-83-das-exportacoes-brasileiras-para-china.html>

¹⁶ Veja http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1298052907.pdf

¹⁷ Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/04/ipea-produtos-basicos-sao-83-das-exportacoes-brasileiras-para-china.html>

¹⁸ Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/04/dilma-assina-acordos-comerciais-na-china.html>

¹⁹ Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya>

Um dos resultados mais significativos da viagem foi o acordo entre a Embraer e a AVIC²⁰. Será iniciada uma linha de produção do jato executivo Legacy em solo chinês. Essa medida evitará o fechamento da fábrica da empresa brasileira existente na China de 2002. Outra conquista relevante foi a abertura do mercado chinês para a carne suína brasileira. Essa medida é aguardada desde 2009, quando o ex-presidente Lula visitou a China.

Considerações Finais

A última reunião da cúpula do BRICs realizada em Sanya, ao sul da China, mostrou o desejo dos países emergentes de uma maior democratização das relações internacionais. Apesar desse interesse em comum, não se pode afirmar que existe consenso em todos os temas tratados na reunião. Em relação ao Conselho de Segurança da ONU, percebeu-se que os membros defenderam uma reformulação do órgão, mas não houve apoio explícito à entrada do Brasil, Índia e África do Sul como membros permanentes, uma vez que Rússia e China já o são²¹. O BRICs, apesar de alguns avanços em relação à cooperação dentro do grupo, está longe de uma institucionalização e se tornar um mecanismo de ação coletiva dos cinco países em todas as esferas do ambiente internacional. Sem dúvidas, o grande crescimento econômico chinês tem alavancado a importância do BRICs no mundo. Os líderes dos países do BRICs buscam um sistema internacional de reserva cambial estável e seguro, com menor dependência do dólar

[china-14-de-abril-de-2011](#)

²⁰ Aviation Industry Corporation of China. Estatal responsável pelo setor de aviação na China.

²¹ Veja http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110414_brics_consenso_ss.shtml

estadunidense. A questão da reforma cambial mundial tem se revelado como elemento gerador de maior consenso dentro do grupo. O governo brasileiro tem se esforçado ao impulso do diálogo com os países emergentes e desenvolvimento, e o BRICs pode ser visto como uma investida brasileira nessa direção.

Além da interação promovida pelo BRICs, Brasil e China possuem um denso histórico de relações comerciais. Essa viagem da presidente Dilma sinaliza o interesse brasileiro em se aproximar da China. Esse país, na visão de Jim O'Neill, representa o fenômeno econômico mais importante dessa geração e da próxima. Além do grande crescimento que a deu o título de segunda maior economia do mundo, a China vem ultrapassando os Estados Unidos como o principal mercado mundial²².

O Brasil vê na China um parceiro essencial para que seus objetivos, tanto econômicos, quanto políticos sejam alcançados na esfera internacional. O estreitamento das relações comerciais sino-brasileiras não é interesse somente da parte brasileira. A China tem o Brasil como um importante parceiro para que seus objetivos econômicos, tanto no âmbito interno, quanto no externo, sejam alcançados. As relações comerciais entre Brasil e China, porém, estão longe de serem simétricas e ainda apresentam desequilíbrio. Apesar de todos os esforços do governo brasileiro em expandir a exportação de produtos com um maior valor agregado, os acordos firmados mostram que o Brasil continuará a comprar produtos industrializados da China e a vender produtos primários. Os diversos acordos firmados durante visita da presidente Dilma à China mostra o fortalecimento do diálogo entre os dois países através de novos canais de cooperação.

Referência

²² Renato Braumann (2009)

BBC

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110411_jim_oneil_bg.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110413_china_brics_cupula_ss.shtml

CEPAL

BRAUMAN, Renato (Org). O Brasil e os demais BRICs. Comércio e Política. CEPAL. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/7/39967/O_Brasil_e_os_demais_BRICs.pdf>

Folha de São Paulo

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/902614-bndes-assina-acordo-para-ampliar-atuacao-em-parceria-com-brics.shtml>

G1

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/04/ipea-produtos-basicos-sao-83-das-exportacoes-brasileiras-para-china.html>

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/04/dilma-assina-acordos-comerciais-na-china.html>

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/04/ipea-produtos-basicos-sao-83-das-exportacoes-brasileiras-para-china.html>

Insight Inteligência

JESUS, D.S.V. Tijolos em muros inacabados: os BRIC além da crise internacional. As economias e as políticas do Brasil e da China. **Insight Inteligência** (Rio de Janeiro), v. 50, p. 106-117, 2010.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1298052907.pdf

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-sanya-2013-reuniao-de-lideres-do-brics-sanya-china-14-de-abril-de-2011>

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-bric>

O GLOBO

<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/06/16/tema-da-reuniao-dos-bric-substituicao-do-dolar-vista-com-ceticismo-756363165.asp>

<http://oglobo.globo.com/mundo/mat/2011/04/14/em-reuniao-na-china-com-participacao-de-dilma-brics-defendem-reforma-da-onu-924238484.asp><http://noticias.r7.com/economia/noticias/brasil-e-china-fecham-20-acordos-de-cooperacao-20110412.html>

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/04/ipea-produtos-basicos-sao-83-das-exportacoes-brasileiras-para-china.html>

Palavras-Chave: Viagem Dilma Rousseff, BRICS, China, países emergentes.

Portugal: Manifestação ostensiva de crise na Zona do Euro

Análise
Europa

Gabriel Campos Fernandino
02 de Julho de 2011

Desde a crise de 2008 a Europa segue em crônicas crises econômicas, políticas e sociais. De forma destacada a crise, que já se manifestou claramente na Grécia e na Irlanda, atinge agora também Portugal. Estes encadeados acontecimentos apontam para uma provável crise conjuntural da União Européia. Surge a possibilidade de generalizada perda de confiança no euro.

Os recentes movimentos de recessão econômica na Europa colocam em cheque a manutenção da zona do Euro e da União Européia. Países com tal nível de interdependência compartilham os prejuízos e ganhos do conjunto. Nesse momento crítico, é exposta a necessidade de uma orquestração entre seus membros. Após Grécia e Irlanda entrarem em claro processo recessivo, Portugal aparece como foco de crise. Este estado é mais um danoso fiel da balança nesta crise européia.

A crise na União Européia

O Tratado de Maastricht, acordado em 1992, consolidou e institucionalizou a zona do euro e a então denominada União Européia. Entre suas diversas medidas o tratado definiu, por exemplo, um limite de 60 % de endividamento sobre o PIB de cada país membro. Contudo, a despeito da existência do Banco Central Europeu, não foi criada uma instituição de regularização e fiscalização dos gastos públicos dos países membros que impedisse que esse limite acordado fosse excedido. Com isso, surge a possibilidade de inconsistência fiscal nos países¹.

Na atual conjuntura européia, alguns países, atingidos pela crise imobiliária estadunidense e por inconsistências fiscais internas, ultrapassaram substancialmente o limite de 60% de endividamento sobre o PIB firmado no Tratado de Maastricht. Na Grécia, por exemplo, o descontrole dos gastos públicos ultrapassou o dobro do limite firmado. Este processo de endividamento em alguns países da União gera perda de confiança no Euro e conseqüente fuga de capital da Europa como um todo, já que o euro como moeda corrente está presente tanto nos membros assolados pela crise quanto naqueles economicamente estabilizados. Os investidores passam a temer a posse de ações, bem como títulos públicos e privados europeus. Tende-se a uma fuga de investimento na Europa, e a uma conseqüente valorização do dólar e das demais moedas em detrimento do euro. Aos países mais endividados resta a tentativa de soerguimento da suas respectivas economias por meio de auxílio de crédito, provido de instituições como o FMI e o Banco Central Europeu, ou mesmo a partir da diminuição dos gastos sociais internos, tais quais as pensões, salários e abonos. A problemática resultante deste último processo é a insatisfação popular. Uma vez que se iniciam os planos de austeridade dá-se início a ondas de protestos, o que por sua

¹ Gastos públicos que superam as quantias arrecadadas com impostos.

vez pode retaliar ainda mais a capacidade do governo de reverter à situação de crise. Atualmente o denominado “grupo dos PIIGS”, composto por Portugal, Itália, Grécia, Espanha e Irlanda, se encontra na situação mais delicada no contexto do Bloco.² A má performance econômica destes países acentua as disparidades entre os membros do bloco.

A Alemanha, tomada como uma economia de destaque entre os membros do bloco, ainda que diretamente ligada às oscilações econômicas portuguesas, manifesta pouco interesse no auxílio ao grupo dos PIIGS. Segundo o jornal francês *La Tribune*, a estratégia nacional alemã sempre se pautou no exponencial crescimento das suas exportações, não seria benéfico para o país um aumento substantivo das exportações dos demais países. É necessária a existência de estados que importem os produtos alemães. Ainda em reforço a tensão já estabelecida a chanceler alemã, Angela Merkel, declarou, no último dia 17, que “em países como Portugal, Espanha e Grécia as pessoas não podem ter mais férias, trabalhar menos e entrar na reforma mais cedo que os alemães.” Pronunciamentos como este podem reforçar sentimentos xenofóbicos entre as nações europeias, o que alimenta a relutância no apoio aos membros mais afetados do bloco.

A crise em Portugal

A despeito da deflagração da crise na zona do euro, os países membros foram afetados de formas distintas. Os casos grego e irlandês geraram grande repercussão devido a intensidade do processo recessivo.

É neste contexto que Portugal, portador de um desempenho econômico que se

² O nome “PIIGS” é um acrônimo formado a partir da letra inicial dos nomes dos cinco países, pejorativamente expresso na palavra “Piigs”, que se assimila a palavra inglesa “Pigs” a qual significa “Porcos”. Pode-se encontrar na literatura também o denominado grupo PIGS, o qual não se integra a Irlanda.

aproxima ao grego e ao irlandês, destaca-se como atual foco da crise na zona do euro. O país, após décadas de uma economia baseada em baixos custos de mão de obra, foi duramente atingido pela expansão econômica europeia para o leste, aliada esta a flexibilidade das barreiras comerciais com a Ásia. Somado a este processo o país expõe uma economia fragilizada pela crise imobiliária estadunidense. O resultado é um cenário de drástica recessão.

Apesar de profundas reduções de gastos, as quais geraram ondas de protesto e desaceleraram a economia, Portugal continua a enfrentar um período de crescimento negativo. O país é pressionado ao aumento nas taxas de juros, já que uma vez aumentadas estas taxas a economia é acelerada em função do aumento de investimentos externos e da competitividade dos produtos portugueses no mercado internacional.

Foi assim que em abril deste ano, após realizar um leilão de títulos do governo português, o país declarou a necessidade de um empréstimo emergencial junto ao FMI e a Comissão Europeia. Desse modo, no princípio de maio, foi anunciado um empréstimo contabilizado em 78 bilhões de euros, que será liberado no período de 3 anos. A primeira parcela de 26 bilhões de euros já foi liberada.³ Em pronunciamento o governo afirmou que não haverá redução nos salários mínimos nem corte no pagamento dos servidores públicos; contudo, segundo o antigo primeiro ministro português José Sócrates, não existem programas de assistência financeira que não sejam exigentes e que não impliquem muito trabalho.

Um empréstimo em tal escala gera perspectivas de endividamento no longo prazo, já que quanto maiores as taxas de juros sobre este empréstimo, maior será o tempo de recessão da economia

³ Fonte: G1

portuguesa, uma vez que esta deve atrair a entrada de euro para saldar a dívida.

Segundo o FMI e a Comissão Europeia, Portugal terá este ano uma contração 1,5 por cento no seu PIB, seguido de nova redução em 2012, cerca de 0,5 por cento. No tocante taxa de desemprego, esta deverá se fixar em 11,9 por cento, enquanto em 2012 projeta-se um novo recorde, cerca de 12,4 por cento da população economicamente ativa. Estima-se este ano que, na zona do euro, Portugal superará economicamente apenas Espanha, Grécia e Irlanda.

É na intenção de otimizar estes índices que o governo, em conjunto com o FMI e a UE, vem desenvolvendo um projeto de recuperação econômica.

O país se encontra em delicada situação, uma vez que o processo de recessão também gerou danosas implicações políticas. Em março deste ano, o primeiro-ministro português, José Sócrates, renunciou após os partidos da oposição rejeitarem sua última tentativa de avanço de um quarto pacote de cortes de gastos e aumentos de impostos. Os legisladores de todos os cinco partidos da oposição votaram contra as medidas adicionais do plano de austeridade. A proposta feita ao parlamento, composto este por 230 integrantes, obteve 97 votos a favor no corpo socialista.⁴

Somada a esta problemática o FMI passa por um período de crise interna devido às recentes escândalos envolvendo o ex-diretor da instituição, Dominique Strauss-Kahn. É exposto que ainda que apoiado por esta instituição e pela UE, Portugal tem pela frente um estenuoso período de recessão econômica. Os índices de crescimento do período pré- crise dificilmente serão alcançados antes dos primeiros semestres do ano de 2013.

Considerações Finais

⁴ O governo de Sócrates esteve no poder durante seis anos, a despeito da minoria socialista parlamentar.

A crise da UE, manifestada de modo destacado nos países que compõe o grupo dos PIIGS, preocupa também os membros de contas estabilizadas, uma vez que os mesmos integram a Zona do Euro. Uma crise da moeda pode gerar conseqüências danosas para UE, como a redução de superávits e um conseqüente aprofundamento da crise. Como os Estados membros da UE possuem uma intrínseca relação de interdependência, estes são compelidos a ajuda mútua.

Nesta situação, a grande questão é definir até quando o auxílio aos países em crise é algo proveitoso para a manutenção da UE. Uma vez tomados como países que realizam escolhas surge a possibilidade do cálculo: os benefícios de se permanecer na UE são maiores do que os custos arcados? Contudo este é um cálculo difícil, pois o bloco não é uma mera instituição financeira e outros valores, além da estrutura institucional, devem ser levados em conta.

Além do mais, outro fator que torna a situação mais problemática é que ainda que o Banco Central Europeu não emita descontroladamente euro para auxílio aos países em crise⁵, apenas por existir essa opção a confiança dos investidores já é abalada, o que inevitavelmente provoca fuga de capital da Europa.

Em suma, a atual situação deixa clara, de fato, a necessidade de novas políticas de fiscalização das contas dos países membros além de adoção mecanismos mais austeros de punição. A UE, neste momento, necessita assim de uma ação orquestrada entre seus membros e as instituições internacionais para uma reforma de seu arcabouço institucional.

Referência

G1

⁵ O que provavelmente geraria um profundo processo de inflação, ou seja, um aumento descontrolado nos preços dos produtos em âmbito interno.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/04/novo-governo-de-portugal-precisara-de-apoio-do-parlamento.html>

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/05/portugal-anuncia-acordo-para-receber-ajuda-externa.html>

I Online

<http://www.ionline.pt/conteudo/118364-raio-x-troika-procura-as-varias-versoes-da-realidade-portuguesa>

LA Tribune

<http://www.latribune.fr/accueil/a-la-une.html>

<http://www.presseurop.eu/pt/content/article/566541-portugal-opta-pelo-naufragio>

NYT

<http://topics.nytimes.com/top/news/international/countriesandterritories/portugal/index.html>

Público

http://economia.publico.pt/Noticia/fmie-ue-comecam-hoje-a-discutir-apoio_1489395

The Guardian

<http://m.guardian.co.uk/commentisfree/2011/apr/07/portugal-bailout-european-commission?cat=commentisfree&type=article>

<http://m.guardian.co.uk/commentisfree/2011/apr/07/portugal-bailout-european-commission?cat=commentisfree&type=article>

Veja

<http://veja.abril.com.br/perguntas-respostas/crise-europa.shtml>

Ver Também:

09-03-2010: A Grécia e o temor de uma crise do euro

http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20100310102233.pdf

Palavras-Chave: Euro, Crise, Portugal, PIGS, União Europeia, Gabriel.



Análises em Relações Internacionais: a questão ambiental

Análise
Marina Scotelaro de Castro
Rodrigo Corrêa Teixeira
02 de Julho de 2011

A questão ambiental tem sido considerada uma das principais searas de pesquisa dos analistas internacionais já que seus impactos atingem as sociedades de todo o globo, afetando as relações sociais dentro de Estados e também entre eles. Desta forma, sua complexidade influencia no comportamento de atores das Relações Internacionais. Qualquer análise neste assunto deve levar em consideração uma série de fatores que estão correlacionados e indissociáveis.

Considerando a diversidade de temáticas que perpassam o campo das Relações Internacionais, a questão ambiental vem ganhando espaço nos esforços de analistas da área. Isso se dá em decorrência de uma série de fatores, mas primordialmente a crescente preocupação internacional com os efeitos ambientais intensificados pelas atividades humanas que desequilibram negativamente o ecossistema.

Devido à multiplicidade de fatores envolvidos na dinâmica ambiental, um trabalho analítico consistente demanda considerações intrincadas e ponderadas sobre as variáveis que incidem diretamente sobre o problema ou dele derivam. Medidas de proteção ambiental e de gestão sustentável de recursos naturais passam necessariamente por uma conjugação de forças políticas e sociais que são afetadas diretamente pelas transformações no ambiente como um todo.

O objetivo aqui é fornecer uma série de aspectos básicos que orientem uma análise de relações internacionais acerca da questão ambiental.

**O político e o ambiental: análise
Ecopolítica**

Nas relações internacionais, há vários atores que interagem no cenário internacional, mas o principal continua sendo o Estado¹. Quando se consideram em particular aqueles atores que têm o poder de elaborar normas de comportamento para os outros atores das relações internacionais, soblevam em importância os Estados e as organizações internacionais que deles derivam. Entretanto, dado o aspecto transnacional das relações humanas contemporâneas, é impossível pensar na tomada de decisão sem considerar níveis de análise mais amplos (âmbito mundial) e restritos (comunidades específicas).

A questão ambiental é uma ilustração emblemática dos efeitos políticos que envolvem as ações dos Estados. O cruzamento das dimensões local e global da questão ambiental faz com que sua regulação jurídica tenha como pressuposto as repercussões daquelas dimensões para a ordem internacional.

¹ Esta instituição é composta, sobretudo, de quatro elementos: uma população relativamente homogênea, quanto à sua submissão à ordem prevalecente dentro do Estado; um território, bem ou mal delimitado no espaço; um governo soberano dentro dos limites de tal espaço; e o reconhecimento internacional destas características por outros Estados.

Por outro lado, se no plano interno a participação da sociedade civil é estratégica para qualquer empreendimento de proteção ambiental, em nível internacional, não há como deixar de reconhecer o papel preponderante que cabe aos Estados. Acrescente-se que, na estruturação de um regime jurídico interno ou internacional, apenas o Estado, única instituição legitimamente apta a obrigar o cumprimento das determinações legais, tem possibilidade de estabelecer padrões de proteção ambiental juridicamente exigíveis².

O crescente reconhecimento da extensão e da emergência das questões ambientais tem exigido dos analistas internacionais um envolvimento, cada vez maior, no que se refere ao papel dos processos de cooperação, dos conflitos e das negociações ambientais entre atores internacionais. Das manifestações locais e regionais de movimentos ambientalistas às negociações internacionais em busca de legislações ambientais mais eficientes, a problemática ambiental cada vez mais torna-se relevante para o Estudo das Relações Internacionais, não podendo ser ignorada ou colocada como tema de segunda ordem, como propõem as vertentes mais clássicas. O tema apresenta-se como possibilidade de diálogo em torno de uma ética mundial, e para testarmos o conceito de “cidadania planetária” de Edgar Morin³.

A “questão Ambiental” não apenas nos coloca diante da necessidade de rever as nossas relações com o “ambiente”, como também, nos revela os limites da idéia de

“desenvolvimento”, atrelada ao “progresso” científico e a sua promessa de domínio sobre o mundo natural. Previsões cada vez mais autorizadas têm demonstrado a urgência de medidas que previnam e diminuam os impactos prejudiciais da ação humana sobre a natureza. Contudo, seria um exercício de ingenuidade dissertar sobre o tema sem ter em conta sua inserção numa dada ordem internacional e que, por isso, sua composição envolve argumentos eminentemente políticos.⁴

A Ecopolítica internacional “não somente faz referência ao conjunto das dimensões políticas da identificação e da resolução das questões ambientais como, mais particularmente, às tentativas dos atores internacionais de impor sua definição de segurança em face da natureza e da qualidade de vida das populações, utilizando as novas carências em proveito próprio”⁵. O tema é, por excelência, um tema transnacional, apresentando-se como possibilidade de diálogo em que se reflita sobre a formação de metas e planos de resolução.

A compreensão dos problemas ambientais por meio da Ecopolítica Internacional apresenta alguns importantes dilemas. O primeiro deles é a frequente incompatibilidade, ou contradição, entre os limites ecossistêmicos e as fronteiras: as grandes unidades espaciais (o mundo inteiro, florestas tropicais continentais e bacias hidrográficas compartilhadas, por exemplo) muitas vezes supõe-se que os recursos estão disponíveis infinitamente para cada um dos atores envolvidos, desconsiderando-se que existem fluxos e interesses divergentes.

² Ainda que aqui seja ressaltado o poder e influencia dos Estados na definição de parâmetros internacionais sobre a proteção do meio ambiente, é preciso apontar também a importância das Organizações Não-governamentais que se organizam politicamente e exercem pressão sobre os primeiros para que resultados positivos sejam alcançados.

³ MORIN, Edgar & KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

⁴ LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Senac, 2000. p. 19.

⁵ O termo ecopolítica, enquanto interseção dos domínios da ecologia (que lida com os impactos da atividade humana sobre o ambiente) e da política (que se liga ao exercício do poder), centra em como atores políticos influenciam percepções de seus ambientes e respostas a eles.

Ademais, a análise ecológica tem como uma de suas abordagens principais aquela de estabelecer as diferentes manifestações de um fenômeno em diferentes escalas. Interessa sempre perceber como o local reflete o global, e vice-versa. Ou seja, como se articulam as escalas de nível mais alto, mais generalizado, enfim de uma maior escala geográfica com aquelas que promovem a explicação de nível mais baixo. Acrescente-se que a análise que vincula a problemática nacional com a internacional pode ser realizadas utilizando-se diferentes níveis simultaneamente.

Os Estados, como entidades soberanas, na ausência de uma autoridade supranacional capaz de gerar e aplicar medidas coercitivas tendo em vista obrigar à observância de regras comuns, precisam encontrar meios para criar as condições necessárias à cooperação, o que inclui mitigar ou eliminar os fatores negativos, resguardar os direitos de todos os usuários, gerando condições de governança desses recursos naturais.

Ademais, o tempo humano utilizado no Estudo das Relações Internacionais se distingue na maioria das vezes do tempo geológico, que serve para a análise de muito dos fenômenos ambientais. Enquanto na política internacional pode-se sentir o efeito de uma tomada de decisão, as vezes, de forma imediata, as alterações do ambiente são muitas vezes percebidas a médio e longo prazo.

O crescimento da discussão em torno do meio ambiente pode ser analisado paralelamente aos avanços científico-tecnológicos, que, se por um lado, ampliam a capacidade e o impacto do homem sobre a natureza, por outro, viabilizam medições e previsões confiáveis, alertando sobre as proporções do problema e impulsionando sua inserção em fóruns internacionais.

Se a questão ambiental apresenta perspectivas de médio e longo prazos tão nefastas, parece incoerente que os Estados

atuem timidamente na formulação e aplicação de medidas nos âmbitos nacionais e internacional que previnam tais resultados. É possível, entretanto, apontar justificantes políticos para essa postura. A condição de anarquia implica efeitos estruturais que, conjugados com a urgência da cooperação, tornam o tema em tela especialmente delicado. De fato, a postura à qual os Estados tendem diante do problema ambiental apenas o agrava, configurando, nos moldes aqui propostos, um "dilema ecológico".

Estendida para os impasses ambientais contemporâneos por Garret Hardin, a "tragédia dos bens comuns"⁶ é uma metáfora que expressa a possibilidade de ruína de ecossistemas pela superexploração. Sintetizando seu significado, atores que ganham marginalmente a partir do aumento da exploração do meio-ambiente, visando incrementar seus ganhos, tendem a ampliar o trabalho sobre a natureza até que se esgote a capacidade do espaço disponível, a não ser que haja uma regulação superior para a conduta destes atores. Os atuais padrões de desenvolvimento, assumidamente insustentáveis, seguem em ampliação progressiva, diante da ausência de regulação.

Identificado o caminho depredatório que vem sendo trilhado pelos Estados, a mudança de direção fica restrita por uma série de fatores. A preocupação dos Estados com relação aos custos relativos e com manipulação de vulnerabilidades tem obstado grande parte das discussões substanciais com relação à preservação do ambiente. A postura dos Estados Unidos com relação ao Protocolo de Kyoto⁷ se

⁶ HARDIN, Garrett. "The Tragedy of the Commons." *Science*, vol. 162, No. 3859 (13 de dezembro de 1968), pp. 1243-1248.

⁷ O Protocolo de Kyoto é um acordo internacional que instituiu metas de emissão de gás carbônico para as nações classificadas como industrializadas, a fim de conter e diminuir a quantidade de gases nocivos ao meio ambiente.

justifica diante dos custos em modificar seus padrões ineficientes (no sentido sustentável que é exigido) e da acentuada dependência quanto a recursos poluentes (especialmente os combustíveis fósseis).

Nessa esteira, a tentativa de preservação ou ampliação do status individual traz em decorrência "prejuízos" coletivos. Os atores são receosos em cooperar se há redução de sua posição em relação aos outros, mesmo que compreendam que a cooperação traz ganhos para o sistema como um todo (globais). A própria decisão em não cooperar por parte de um ator incute nos outros comportamento similar, tendo em vista as perdas relativas. Por conseguinte, a ecopolítica é um campo que lida com contradições necessárias.

Possibilidades de tornar a Ecopolítica mais factível

Primeiramente, reconhecer a urgência e a relevância de arranjos que minimizem a degradação ambiental, o que já foi realizado, corresponde a um importante passo para seu tratamento. Só a partir dessa conquista inicial é que se pode pretender superar os obstáculos intrínsecos à questão. A progressiva cristalização de um regime ambiental no âmbito das Nações Unidas tem sido fruto desse reconhecimento, além dos esforços de Estados interessados no seu fortalecimento e a despeito do desinteresse de outros.

Ademais, se a questão tende a trazer riscos para a estabilidade, há possibilidade para a implementação de mecanismos cooperativos. Isso porque, na perspectiva aqui assumida, os Estados são atores que possuem aversão aos riscos, tendo em vista que eles põem em xeque a maximização do poder relativo.

Nessa esteira, a cooperação pode assumir

Para conferir o texto do protocolo na íntegra, acesse:
<http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf>.

um caráter defensivo e se efetivar, uma vez que um Estado pode ser constrangido a cooperar se essa postura levá-lo a custos relativos menores do que os decorrentes do isolamento. Esse aspecto pode ser agravado pelo comportamento de atores que tenham interesse no desenvolvimento sustentável, que podem se utilizar da conexão de temas para pressionar por alterações no comportamento depredatório. Um instrumento utilizável seria a inserção de "cláusulas ambientais" em acordos internacionais, que exigiriam condições de sustentabilidade em matérias de interesse dos maiores poluidores, incentivando-os a modificar modelos ecologicamente ineficientes.

A alçada onde a questão tem sido majoritariamente conduzida, qual seja, as Nações Unidas, em si já facilita formas de compensações laterais que também podem estimular as potências à efetiva implementação.

Dentre os elementos considerados nesta perspectiva, é preciso incluir conceitos como o princípio do poluidor-pagador e do recurso natural compartilhado. Ademais, deve-se considerar os princípios: da equidade; da cooperação; da solidariedade; da erradicação das injustiças sociais; do acesso aos recursos tecnológicos e econômicos de forma igualmente compartilhada; de um novo modelo de economia de consumo e de investimento; dentre outros. Evidentemente que este novo tipo de relacionamento entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, num mundo cada vez mais interdependente, dar-se-ia em prol de uma sociedade global e de uma "cidadania planetária".⁸

⁸ Um importante diálogo sobre a cidadania, a ética e a questão ambiental é realizado em: MORIN, Edgar & WULF, Christoph. **Planeta: aventura desconhecida**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

Referência

- BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**; ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: Castro, Iná Elias de et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- BRIGAGÃO, Clóvis. Governança Global: Mecanismos e Instituições. In: BRIGAGÃO, Clóvis (Org.). **Estratégias de negociações internacionais**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/Centro de Estudos das Américas, 2001. p. 32-58.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 2. ed., Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- CAUBET, Christian G. Diplomacia, Geopolítica e Direito na Bacia do Prata. **Política e Estratégia**. São Paulo, v. II, n.2, p. 337-346, abr./jun. 1984.
- COHEN, Saul b.. Geopolitics in the New World Era: A New Perspective on an Old Discipline. In: DEMKO, George J.& WOOD, William B.(Eds.). **Reordering The World-Geopolitical Perspectives on the 21st Century**. Second Edition. Westview Press, 1999.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- GEORGE, Pierre et VERGER, Fernand (Sous la direction de). **Dictionnaire de la Géographie**. 6^a éd. mise a jour. Paris: PUF, 1996.
- GUATTARI, Félix. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, ano V, n 16, p. 109-120, 1985.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- KUNG, Hans. **Proyecto de una ética mundial**.4^a. ed. Madrid: Editorial Trotta,1998.
- LACOSTE, Yves. (Dir.). **Dictionnaire de Géopolitique** 2^e ed. mise à jour. Paris: Flammarion, 1995.
- LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 5^a ed. Campinas: Papirus, 2001.
- LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica Internacional**. São Paulo: Senac, 2000.
- MORIN, Edgar. **Ciência como consciência**. Ed. revista e modificada pelo autor. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MORIN, Edgar & KERN, Anne-Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MORIN, Edgar & WULF, Christoph. **Planeta: aventura desconhecida**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- NOGUEIRA, João Pontes. Notas sobre a

contribuição da Teoria Crítica a problematização do espaço nas Relações Internacionais. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 2, julho/dezembro 2000, p. 387-429.

OLIVEIRA, Odete Maria de. (Coord.) **Relações Internacionais & Globalização: grandes desafios**. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

ORTIZ, Eduardo. **El estudio de las Relaciones Internacionales**. Santiago: Fondo de Cultura Económica Chile, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Géopolitique et histoire**. Lausanne: Éditions Payot Lausanne, 1995.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução a História das Relações Internacionais**. São Paulo: Difel, 1967.

RENOUVIN, Pierre (Dirigida por). **Historia de las Relaciones Internacionales**; 2 tomos. Madrid: Aguilar, 1967.

SANTOS, Milton. Nação, Estado e Território. In: MENDONÇA, Sônia & MOTTA, Márcia (Orgs.). **Nação e poder**; as dimensões da História. Niterói: EdUFF, 1998. p. 23-29.

SANTOS, Milton. Por uma Nova Geografia; da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2002.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society; a comparative**

historical analysis. London/New York: Routledge, 1992.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação do Curso de Relações Internacionais:
Prof. Danny Zahreddine

Coordenação-Geral:
Prof. Leonardo César Souza Ramos

Conselho acadêmico:
Prof. Danny Zahreddine
Prof. Jorge Mascarenhas Lasmar
Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Carlos Roberto de Souza Junior; Déborah Silva do Monte; Gabriel Campos Fernandino; Márcia de Paiva Fernandes; Marina Scotelaro de Castro; Pedro Casas Vilela Magalhães Arantes; Rafael Bittencourt Rodrigues Lopes; Raquel Helen Santos Silva; Vinícius Tavares de Oliveira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av. Dom José Gaspar 500, Instituto de Ciências Sociais, prédio 47, sala 105 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31) 3319-4495 email:

ci@pucminas.br website:
<http://www.pucminas.br/conjuntura>